



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2014.0000708937

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0002605-80.2010.8.26.0320, da Comarca de Limeira, em que é apelante RAPIDO SUDESTE LTDA, são apelados MARCELO DA SILVA FREITAS (JUSTIÇA GRATUITA) e RELIANE DOS SANTOS MOITINHO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SILVIA ROCHA (Presidente sem voto), NETO BARBOSA FERREIRA E PEREIRA CALÇAS.

São Paulo, 5 de novembro de 2014

HAMID BDINE

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Voto n. 9.217 – 29ª Câmara de Direito Privado.

Ap. com revisão n. 0002605-80.2010.8.26.0320.

Comarca: São Paulo.

Apelante: RÁPIDO SUDESTE LTDA.

Apelado: MARCELO DA SILVA FREITAS e RELIANE DOS SANTOS MOITINHO.

Juiz: Rilton José Domingues.

APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. Culpa da ré reconhecida. Alegação de que a responsabilidade pelo acidente é dos autores, pois não poderiam circular pela faixa esquerda de rolamento, e sim à direita. Não incidência do art. 57 do Código de Trânsito Brasileiro. Regra não aplicável à motocicleta, e sim a ciclomotores. Nexos de causalidade entre os danos e a conduta do motorista ré. Ultrapassagem de veículo com invasão de faixa e colisão com a motocicleta dos autores que vinha em sentido contrário e na mão de direção. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. Lesões corporais provocadas nos autores. Indenizações proporcionais às lesões sofridas. Sentença mantida. Recurso improvido.

A r. sentença de fs. 93/96, cujo relatório se adota, julgou procedentes em parte os pedidos indenizatórios formulados na petição inicial, para condenar a ré ao ressarcimento dos danos materiais equivalentes a R\$1.362,22 e à reparação dos danos morais correspondentes R\$7.000,00 e R\$3.000,00 à autora e ao autor, respectivamente, bem como condenou o autor ao pagamento das verbas de sucumbência.

Inconformada, a ré apelou. Sustentou que o condutor da motocicleta foi o responsável pelo acidente de trânsito. Afirmou que os danos materiais foram superestimados. Afirmou que os danos morais não foram comprovados.

Recurso regularmente processado, com preparo (fs. 106/108) e contrarrazões (fs. 172/176).

É o relatório.

O recurso é improvido.

O veículo da apelante, para realizar uma ultrapassagem, invadiu a mão de direção dos apelados, o que provocou a colisão.

Não tem razão a apelante ao afirmar que a responsabilidade pelo acidente é dos apelados, pois não poderiam circular pela faixa esquerda de rolamento, e sim à direita, como preconiza o art. 57 do CTB (fs. 33).

Anota Arnaldo Rizzardo que o referido dispositivo aplica-se aos ciclomotores com a seguinte ressalva: "o ciclomotor distingue-se das motocicletas e motonetas sobretudo pela reduzida força ou potência do motor, podendo vir até com três rodas" (Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro, RT, 1998).

Por isso a conduta dos apelados não configura violação da regra do art. 57 do CTB a ensejar culpa pelo acidente. Nota-se que a motocicleta em que estavam os apelados tem potência classificada em 124 centímetros cúbicos (fs. 23), muito além da do ciclomotor que, segundo o Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro, é: "veículo de duas ou três rodas, provido de

um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora”.

A razão de exigir que os ciclomotores transitem à direita em vias de trânsito rápido, como bem explica Arnaldo Rizzardo, é por conta de sua baixa velocidade, que poderia comprometer a segurança de seus ocupantes e obstruir o tráfego (idem, p. 201).

Se não bastasse, está comprovado que o preposto da apelante conduzia o ônibus em velocidade excessiva no momento em que realizou a ultrapassagem do automóvel conduzido pela testemunha Marco Antonio de Souza Gonçalves, provocando o acidente relatado na petição inicial (fs. 88).

Conclui-se, portanto, que a conduta culposa do condutor do ônibus da apelante consistente em invadir a contramão da pista em que o veículo dos apelados estava foi a causa determinante do acidente narrado na inicial, de modo que deve a ré arcar com os prejuízos causados (art. 186 e 927 do CC).

Apurada a responsabilidade da apelante pela conduta imprudente que resultou o acidente, de rigor a sua manutenção.

Observa-se que, com relação à condenação por danos materiais, a impugnação genérica ao valor orçado (fs. 100)

não é capaz de elidir sua veracidade (fs. 20/23), certo que o ônus de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito dos apelados é da apelante e dele não se desincumbiu (CPC, art. 333, II).

Diante da ausência de provas de que os danos materiais foram superestimados, fica mantida a referida indenização.

Os danos morais estão devidamente configurados e decorrem do sofrimento dos autores em razão da gravidade das lesões por eles suportadas (fs. 17/18), conforme se verifica dos respectivos laudos de exame de corpo de delito.

Como bem observou o i. magistrado, as lesões da apelada foram de natureza mais grave, o que se apura pela "fratura do 5º dedo do pé esquerdo" e o reconhecimento da incapacidade para o exercício de atividades habituais por mais de trinta dias (fs. 17). Já o apelado sofreu lesões de grau inferior (fs. 18).

Veja-se que não se exige a prova do abalo psíquico autorizador do reconhecimento do dano moral, mas sim da situação que o tenha causado, pois a configuração do dano moral exsurge do próprio fato.

Anota Humberto Theodoro Júnior que "não se torna exigível na ação indenizatória a prova de semelhante evento. Sua verificação se dá em terreno onde à pesquisa probatória não é dado chegar" (Dano moral, 5ª ed., Juarez de Oliveira, 2007, p.

121).

No mesmo sentido:

"O dano existe no próprio fato violador, impondo a necessidade de resposta, que na reparação se efetiva. Surge *ex facto* ao atingir a esfera do lesado, provocando-lhe as reações negativas já apontadas. Nesse sentido é que se fala em *damnum in re ipsa*. Ora, trata-se de presunção absoluta ou *iure et de iure*, como a qualifica a doutrina. Dispensa, portanto, prova em contrário. Com efeito corolário da orientação traçada é o entendimento de que não há que se cogitar de prova de dano moral." (Carlos Alberto Bittar, *Reparação Civil por Danos Morais*, RT, 2ª ed., 2010, p. 204)

"O dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe *in re ipsa*, deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção *hominis* ou *facti*, que decorre das regras da experiência comum (Sérgio Cavalieri Filho. *Programa de Responsabilidade Civil*, 8ª edição, Atlas, 2008, p. 86).

Confirmada a existência do dano moral, impõe-se a análise de sua quantificação, a qual terá por parâmetros a extensão do dano, as condições econômicas das partes, a intensidade da culpa e o caráter sancionador dessa indenização.

Analisadas a condição econômica das partes e as circunstâncias em que os fatos ocorreram, o arbitramento dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

valores indenizatórios mostra-se adequado, uma vez que compatível com os parâmetros adotados em casos análogos e está de acordo com as lesões corporais sofridas por cada um dos apelados.

Assim, fica mantida a r. sentença.

Diante do exposto, NEGA-SE provimento ao recurso.

Hamid Bdine
Relator